

Despesa com os inativos é imensa

De cada dois reais que o Governo federal gasta, um vai para pagamento de aposentados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), servidores aposentados e pensionistas. “Ou a sociedade decide que isso precisa mudar, ou assume que quer manter a distribuição de gastos assim, abrindo mão do ajuste fiscal e dos investimentos em áreas como saúde, educação e segurança”, disse ontem o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas que atua como consultor do Governo, durante a reunião do Conselho de Reforma do Estado.

Segundo ele, da forma como são apresentadas oficialmente, as contas públicas não deixam claro onde estão os pontos a serem atacados na busca do equilíbrio fiscal. Usando a contabilidade dos pagamentos feitos pelo Governo em 95, ele descobriu que 78% das despesas, exceto juros, referem-se a pagamentos feitos diretamente a pessoas. O resto é gasto com custeio da máquina pública e investimentos.

Pelas contas do economista, os benefícios da Previdência Social consomem 35% das despesas não-financeiras (ou seja feitas com pessoal, serviços e benefícios) do Governo federal.

Já os funcionários públicos aposentados, os chamados inativos, respondem por 17%. Os gastos com seguro-desemprego e abono chegam a 4% e o pagamento de salários de funcionários públicos na ativa consome 22%.

Fundo – Velloso defendeu um modelo como o dos Estados Unidos, onde o governo paga a seus funcionários públicos aposentados até metade do salário da ativa. A outra metade é suprida por um fundo para o qual o funcionário contribuiu ao longo de sua vida. No Brasil, o Governo banca integralmente o salário dos funcionários aposentados, às vezes pagando mais do que recebiam na ativa.

Em sua exposição, o economista procurou mostrar que o ajuste nas despesas não financeiras do Governo é a única maneira de reduzir o déficit público. “Pelo lado das receitas, não tem mais o que inventar”. Ele lembrou que as inovações que poderiam ser feitas para melhorar a arrecadação já aconteceram - como a cobrança da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira e o ingresso das receitas de privatização. “Não há mais como aumentar a tributação e, nessa área, qualquer novidade vai levar pedrada”.



Aracely (E): sugestão para usar na saúde dinheiro destinado à dívida interna